

## CORREIO POLÍTICO



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Lira diz que pedirá opinião de Bolsonaro sobre PL do IR

## Lira encontra “amigo” Bolsonaro

O ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) disse a aliados que pediu para visitar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) com dois objetivos.

O primeiro, segundo ele, teria sido para se solidarizar “com o amigo”, com quem teve “uma excelente relação” quando um comandava a Câmara dos deputados e o outro era o mandatário do Palácio do Planalto.

## Anistia

Como autor do acordo de desocupação do plenário da Câmara dos Deputados em troca da votação da anistia e da blindagem para parlamentares, Arthur Lira estaria querendo incluir nos textos dos dois projetos pontos previamente negociados com Bolsonaro.

O segundo motivo, segundo Arthur Lira, teria sido “ouvir pessoalmente a opinião” do ex-presidente e obter seu apoio à aprovação da oposição ao projeto de isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Afinal, Lira é o relator e Bolsonaro é um líder importante da oposição.

Mas as versões que correm na Câmara são um pouco diferentes.

## Sem compensar

Lira também pretendia discutir com Bolsonaro o cerco ao governo em troca da aprovação do projeto de isenção do Imposto de Renda. A ideia é encontrar uma estratégia para limitar impostos no andar de cima, sem chamar atenção da turma do andar de baixo.



José Cruz/Agência Brasil; Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Braga Netto está preso desde dezembro de 2024

## Ao STF, PGR defende que Braga Netto continue preso

Nas vésperas do julgamento do núcleo um do plano de tentativa de golpe de Estado no Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, encaminhou um parecer ao Supremo solicitando a manutenção da prisão do general da reserva Walter Braga Netto, que é um dos réus do

processo.

A decisão do procurador é uma resposta ao pedido de soltura oriundo da defesa do próprio Braga Netto. Os advogados do réu do núcleo principal da trama golpista argumentam que Braga Netto não interferiu nas investigações da PF e, portanto, deve ser solto até o final do julgamento.

## Parecer

Em seu parecer, Paulo Gonet determinou que a prisão do general da reserva precisa ser mantida. No documento, ele argumenta “a ausência de fatos novos que alterem o quadro fático-probatório para justificar a revogação ou a readequação da medida”.

## Investigação

Segundo apurações da Polícia Federal (PF) durante investigações da trama golpista, Braga Netto teria tentado obter dados e informações sigilosas da delação de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro. A defesa dele nega possível obstrução das investigações.

## Prisão

Braga Netto está preso desde dezembro do ano passado, acusado de obstruir a investigação sobre a tentativa de golpe de Estado. Em 6 de agosto, Moraes decidiu manter a prisão do general da reserva e, após recurso da defesa do réu, pediu manifestação da PGR.

## Histórico

Walter Braga Netto entrou para a gestão de Jair Bolsonaro após um ano de governo do ex-presidente. Primeiro ele assumiu a Casa Civil de 2020 a 2021. Em seguida, foi ministro da Defesa de 2021 a 2022. Em 2022, ele foi candidato a vice presidente na chapa de Bolsonaro.

## Segurança reforçada para receber julgamento no STF

Forças Armadas, dos Três Poderes e policiais fortalecem atuação

Gustavo Moreno/SCO/STF

Por Karoline Cavalcante

Com o início do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros sete réus — ex-integrantes do alto escalão do governo federal — marcado para iniciar nesta terça-feira (2), o Exército Brasileiro reafirmou que qualquer tipo de manifestação deve ocorrer “nos limites da Constituição Federal, das leis e das decisões judiciais”. A declaração busca afastar as instituições militares de qualquer envolvimento direto ou simbólico com atos políticos durante o período que envolve o processo no Supremo Tribunal Federal (STF) e as comemorações da Semana da Pátria.

“A Instituição respeita a livre manifestação política, desde que realizada em locais adequados e na forma prevista pela legislação vigente”, afirmou o Exército ao Correio da Manhã.

A ordem inclui a proibição de manifestações mesmo em caso de uma eventual condenação de Bolsonaro com cumprimento de pena em instalação militar e foi adotada em um contexto de forte tensão institucional, já que dos oito réus que compõem o núcleo central da denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), seis são militares.

## Segurança

O STF analisa acusações que envolvem tentativa de golpe de Estado, organização criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, além de crimes contra o patrimônio público. Além das equipes de policiais judiciais da Suprema Corte, foi montada uma força-tarefa composta por policiais judiciais do Distrito Federal e de outras localidades. Essas equipes trabalharão 24 horas por dia, sete dias por semana até o final do julgamento.

Os servidores e colaboradores que trabalham na sede do STF foram dispensados para trabalhar de forma remota nos dias de julgamento, com exceção aos que desempenham serviços indispensáveis à rotina de trabalho.

Paralelamente, a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) mobilizou um forte esquema para proteger áreas sensíveis da capital federal, especialmente a Praça dos Três Poderes. Gradis foram instalados em torno do Palácio do Planalto, da Alvorada e do Jaburu, e a vigilância foi ampliada com uso de drones, revistas em mochilas de transeuntes e aumento no efetivo policial.



Julgamento de primeiro núcleo do plano de golpe de Estado começa nesta terça (2)

## “Imprescindíveis”

Ao Correio da Manhã, o membro do Conselho do Fórum Brasileiro de Segurança Pública Cássio Thyone, avaliou que as precauções que estão sendo implementadas, são, de fato, “realmente imprescindíveis”.

“Embora se espere que intercorrências sejam mínimas, é crucial reconhecer que, em qualquer cenário, a eliminação total de riscos é uma impossibilidade. Conclui-se, portanto, que a elaboração de um plano de contingência e segurança era, de fato, essencial, em virtude da complexidade e da relevância deste julgamento”, afirmou para a reportagem. Segundo Thyone, porém, é pouco provável que haja grandes protestos nas proximidades do STF, “mas temos que considerar que existe, claro, a possibilidade de ocorrência de manifestações”.

O especialista internacional em Segurança Leonardo Sant’Anna, explica que a capital federal detém todos os artifícios para lidar com quaisquer atividades com grandes volumes populacionais, além de uma arquitetura favorável. “A novidade é que, diferentemente do que ocorreu no 8 de janeiro, o que se espera é que a responsabilidade de segurança interna, pessoal ou patrimonial de cada órgão máximo do Executivo, Legislativo ou Judiciário, já que foram criadas, assumam as suas verdadeiras responsabilidades, as quais naturalmente surgiram depois de sua criação”, iniciou.

“Esse vai ser um excelente momento para colocar a prova o conhecimento, treinamento, poder logístico, capacidade de planejamento e implementação de segurança dessas novas instituições policiais que surgiram especificamente para as casas judiciais

do governo federal”, completou Sant’Anna à reportagem.

## O rito

O caso, considerado histórico e inédito desde a redemocratização, atraiu atenção internacional. O julgamento recebeu mais de 500 pedidos de credenciamento de jornalistas e mais de três mil solicitações de cidadãos interessados em acompanhar as sessões da sala da Primeira Turma. Apenas os primeiros 1.200 inscritos foram contemplados, e a maioria acompanhará a sessão por meio de um telão na área externa. As sessões do julgamento estão marcadas para os dias 2, 3, 9, 10 e 12 de setembro — nos dias 2, 9 e 12, as sessões acontecerão em dois turnos, manhã e tarde; nos dias 3 e 10, apenas no período da manhã.

O rito do julgamento será conduzido pelo presidente da Primeira Turma, ministro Cristiano Zanin, que abrirá a sessão e concederá a palavra ao relator, ministro Alexandre de Moraes, para leitura do relatório. Em seguida, a acusação será apresentada pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, com até duas horas para exposição. As defesas de cada um dos réus terão até uma hora para suas sustentações orais.

Moraes será o primeiro a votar, podendo analisar previamente questões processuais levantadas pela defesa, como pedidos de nulidade da delação premiada do ex-ajudante de ordens da Presidência, tenente-coronel Mauro Cid, alegações de cerceamento e solicitações de absolvição. Depois dele, os votos seguirão com os ministros Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e, por último, Zanin. A condenação ou absolvição ocorrerá por maioria

simples: três votos bastam.

Embora uma eventual condenação não resulte em prisão automática, os réus podem ser levados a cumprir pena em unidades militares ou alas especiais, conforme determina a legislação para oficiais das Forças Armadas. A Corte ainda pode enfrentar um pedido de vista de algum dos ministros, o que suspenderia temporariamente o julgamento, mas, segundo o regimento do STF, o processo precisaria retornar à pauta em até 90 dias.

## Às vésperas

Nas vésperas do julgamento, um episódio aumentou ainda mais a tensão no centro do poder. No último sábado (30), um homem de 45 anos foi detido na Praça dos Três Poderes após ameaçar explodir supostos artefatos. A ocorrência mobilizou equipes do Batalhão de Choque e do Corpo de Bombeiros. Segundo avaliação médica, tratava-se de um surto psicótico. O homem foi encaminhado para uma unidade de pronto atendimento, e a área foi rapidamente isolada.

No mesmo dia, Moraes determinou que a Polícia Penal do DF intensificasse a vigilância presencial na área externa da casa de Jair Bolsonaro, onde o ex-presidente cumpre prisão domiciliar com monitoramento por tornozeleira eletrônica. A decisão atende a um pedido da Polícia Federal, que apontou vulnerabilidades no local, como “pontos cegos” entre terrenos vizinhos, além de riscos relacionados a eventuais tentativas de fuga. Moraes autorizou ainda que todos os veículos que saírem da residência sejam vistoriados, com registro detalhado de motoristas e passageiros, e envio diário dos relatórios ao STF.

## Às vésperas de julgamento, Lira e Damares visitam Bolsonaro

Por Karoline Cavalcante

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou, nesta segunda-feira (1º), uma visita do deputado federal Arthur Lira (PP-AL), ao ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL), que cumpre prisão domiciliar. O pedido para a visita foi enviado à Suprema Corte por intermédio de um advogado de Bolsonaro. De acordo com Moraes, o encontro deveria seguir as regras pré-estabelecidas, que incluem a revista nos veículos do parlamentar.

Lira, que presidiu a Câmara dos Deputados de 2021 a 2024 e se alinhou com Bolsonaro duran-

te a última eleição presidencial, não adiantou os temas discutidos. Esta visita ocorre em meio ao clima de tensão, já que o STF está prestes a iniciar o julgamento que pode resultar em condenação para Bolsonaro e outros réus acusados de envolvimento em tentativas de golpe de Estado.

## Visitas

Na mesma manhã de segunda-feira, Bolsonaro recebeu outra visita importante: a senadora Damara Alves (Republicanos-DF), que passou cerca de duas horas com o ex-presidente. A parlamentar, que recentemente teve diagnóstico de câncer, afirmou que o encontro foi marcado por

uma conversa de apoio mútuo, com momentos amistosos e de oração. Segundo interlocutores de Damara, Bolsonaro se mostrou sereno, mas enfrentando problemas de saúde decorrentes de cirurgias recentes, incluindo soluções frequentes. “Ele está bem confiante, não demonstrou abatimento em momento algum”, informaram ao Correio da Manhã.

No último sábado (30), Moraes também determinou o reforço nas medidas de segurança e monitoramento em torno da residência de Bolsonaro. Desde a imposição da prisão domiciliar, o ex-presidente tem sido monitorado por uma tornozeleira eletrônica, mas o STF decidiu ampliar

a vigilância externa. A Polícia Penal do Distrito Federal agora fará patrulhamento constante nas áreas externas da casa, incluindo pontos cegos que poderiam facilitar uma possível fuga.

Além disso, qualquer veículo que saia da propriedade de Bolsonaro será minuciosamente revistado, conforme as novas diretrizes estabelecidas pelo ministro. As vistorias serão registradas e encaminhadas ao juiz de forma diária. Embora o procurador-geral da República, Paulo Gonet, tenha se manifestado contrário à presença de policiais dentro da casa de Bolsonaro, ele concordou com o reforço das barreiras externas e com a vigilância sobre os veículos.